

O DIÁRIO DE CAROLINA MARIA DE JESUS COMO DOCUMENTO HISTÓRICO: ENTRE TESTEMUNHO, EXPERIÊNCIA E REPRESENTAÇÃO.

THE DIARY OF CAROLINA MARIA DE JESUS AS A HISTORICAL DOCUMENT: BETWEEN TESTIMONY, EXPERIENCE AND REPRESENTATION.

FRANCISCO HENRIQUE OLIVEIRA MOURA¹

KARINA MANDETTA MEDEIROS²

Resumo: Este artigo discute *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus, como documento histórico, analisando suas formas de representação da experiência, o modo como articula memória, subjetividade e denúncia social, e as potencialidades do diário enquanto fonte para a escrita da história. À luz de debates contemporâneos que aproximam história e literatura, argumenta-se que a obra de Carolina constitui um registro singular sobre as condições de vida nas favelas urbanas brasileiras nos anos 1950, permitindo acesso às vozes silenciadas pela documentação estatal. Dialogamos com reflexões de Pesavento, Candido, Florestan Fernandes dentre outros que nos ajudaram a compreender como o diário opera simultaneamente como narrativa literária, testemunho social e dispositivo político de auto inscrição de uma mulher negra e pobre em um espaço historicamente negado. Conclui-se que o texto permite problematizar fronteiras entre história e ficção, bem como repensar o lugar do subalterno na historiografia brasileira.

Palavras-chave: História e Literatura; Diário; Carolina Maria de Jesus; Documento histórico; Testemunho.

Abstract: This article examines *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (1960), by Carolina Maria de Jesus, as a historical document, analyzing its forms of representing experience, the ways it articulates memory, subjectivity, and social denunciation, and the potential of the diary as a source for historical writing. In light of contemporary debates that bring history and literature closer together, it is argued that Carolina's work constitutes a singular record of living conditions in Brazilian urban favelas in the 1950s, granting access to

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução -POET, UFC- Fortaleza, Ceará, Brasil. (E-mail: henrikmoura01@gmail.com).

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPLIN, UERJ- Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. (E-mail: karinamandetta@gmail.com).

voices silenced by official documentation. We draw on reflections from Pesavento, Candido, Florestan Fernandes among others, who help us understand how the diary simultaneously operates as literary narrative, social testimony, and a political device of self-inscription by a Black, poor woman into a space historically denied to her. It is concluded that the text allows us to problematize the boundaries between history and fiction, as well as to rethink the place of the subaltern in Brazilian historiography.

Keywords: History and Literature; Diary; Carolina Maria de Jesus; Historical Document; Testimony.

INTRODUÇÃO

A relação entre literatura e historiografia tem sido amplamente discutida pelos estudos contemporâneos, especialmente no que se refere à compreensão de obras literárias como registros significativos de experiências coletivas e individuais. No contexto brasileiro, essa intersecção se torna ainda mais profícua quando analisamos produções oriundas de sujeitos historicamente marginalizados, cujas vozes, durante décadas, permaneceram ausentes ou invisibilizadas nos arquivos oficiais. É nesse campo de tensões que emerge a escrita de Carolina Maria de Jesus, cujo diário, *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (1960), ultrapassa os limites da narrativa literária ao se configurar como testemunho da vida cotidiana na favela do Canindé e como documento histórico que registra, de forma singular, os efeitos estruturais da desigualdade racial, econômica e de gênero no Brasil.

A década de 1960, marco temporal de profunda efervescência política e cultural no país, oferece o cenário adequado para compreender o impacto e a recepção da obra de Carolina. De um lado, a ruptura com o estado democrático de direito e a ascensão do regime militar inauguraram um período de repressão e cerceamento das liberdades civis; de outro, movimentos sociais, intelectuais e artísticos passaram a reivindicar novas formas de representação e de construção identitária. Como argumenta Coutinho,³ tal contexto foi permeado por debates sobre mestiçagem e multiculturalismo, amplamente influenciados por correntes teóricas como os Estudos Culturais, a Teoria Pós-colonial e o desconstrucionismo,

³ COUTINHO, Eduardo. Literatura comparada na América Latina: ensaios. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003. 130 p. Disponível em: <https://ppgletras.ufc.br/wp-content/uploads/2023/08/literatura-comparada-na-america-latina-parte-1-ok.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2026.

que buscavam reposicionar o olhar latino-americano diante do cenário internacional Coutinho.⁴

Nesse ambiente de intensas transformações, a literatura brasileira vivenciou o que Pellegrini⁵ denomina como uma tensão entre “vazio cultural” e resistência, marcada pela militarização estatal e por suas repercussões na vida social e artística. É precisamente nessa fresta histórica que Carolina Maria de Jesus inscreve sua voz, uma voz feminina, negra, pobre e periférica que rompe com os modelos literários dominantes e insere no centro do debate nacional uma perspectiva até então marginalizada. Como observa Farias,⁶ a emergência de Carolina no cenário público ocorreu no bojo de um movimento mais amplo de valorização da nacionalidade, no qual a autora não apenas denunciou as mazelas sociais de seu tempo, mas também revelou a potência crítica e estética das subjetividades negras na literatura brasileira.

Quarto de Despejo evidencia uma escrita que combina denúncia social, memória e experiência vivida, articulando elementos literários e históricos de maneira indissociável. Seu diário registra eventos específicos e ao mesmo tempo, expõe a brutalidade cotidiana da fome, da miséria e da exclusão sofridas pela população negra nas grandes cidades. Ao transformar o íntimo em documento e o vivido em narrativa, Carolina não apenas testemunha seu tempo, mas também amplia o escopo da historiografia ao inserir outras epistemologias e sensibilidades no campo das representações do Brasil.

Dessa forma, compreender a escrita de Carolina Maria de Jesus como documento histórico significa reconhecer a literatura como espaço legítimo de produção de conhecimento sobre o social, especialmente quando produzida por sujeitos que desafiam as hegemonias discursivas. A partir dessa perspectiva, este trabalho busca analisar como *Quarto de Despejo* dialoga com o contexto político, cultural e econômico de seu tempo, demonstrando que o diário de Carolina constitui não apenas uma obra literária singular, mas um registro histórico insubstituível das contradições estruturais do país.

⁴ COUTINHO, Eduardo. Literatura comparada na América Latina: ensaios. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003. 130 p. Disponível em:

<https://ppglettras.ufc.br/wp-content/uploads/2023/08/literatura-comparada-na-america-latina-parte-1-ok.pdf>.

Acesso em: 21 fev. 2026. p.41

⁵ PELLEGRINI, Tânia. **Gavetas vazias:** ficção e política nos anos 70. São Carlos: EdufScar; Mercado de Letras, 1996.

⁶ FARIAS, Tom. **Carolina:** uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

PERCURSO METODOLÓGICO E REFERENCIAL TEÓRICO

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e interpretativo, fundamentada na perspectiva de que textos literários, artigos, teses, dissertações e conteúdo *on-line* sobre o tema abordado, podem constituir fontes históricas legítimas, especialmente quando produzidas a partir de experiências subalternizadas. Nessa direção, parte-se da compreensão de que o diário de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*,⁷ deve ser analisado não apenas enquanto obra literária, mas também como documento histórico que registra práticas sociais, políticas e culturais de um período marcado por profundas desigualdades estruturais. Esse entendimento se apoia na premissa de que literatura e historiografia compartilham zonas de contato e atravessamentos, conforme defendem autores como Pesavento,⁸ cuja reflexão sobre o “jogo de representações” evidencia que a narrativa literária, ainda que marcada pela subjetividade, produz sentidos sociais e políticos sobre o mundo vivido.

O texto organiza sua fundamentação teórica em três eixos principais. O primeiro aborda teorias que discutem a hibridização entre literatura e história, destacando, com base em Pesavento,⁹ que ambas constroem representações do real e permitem compreender *Quarto de Despejo* simultaneamente como documento da vida na favela do Canindé e como intervenção crítica na ordem simbólica brasileira. O segundo eixo retoma as reflexões de Coutinho¹⁰ sobre identidades culturais, multiculturalismo e mestiçagem na América Latina, mostrando como transformações sociais e intelectuais do século XX abriram espaço para vozes antes marginalizadas, situando Carolina Maria de Jesus no contexto das tensões políticas intensificadas após 1964. Por fim, o terceiro eixo reúne contribuições de Farias¹¹ e Pellegrini,¹² que ressaltam a relevância histórica e literária de Carolina como figura central na afirmação de subjetividades negras e na denúncia das desigualdades estruturais, marcando sua obra como resistência em meio a processos de apagamento cultural.

⁷ JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2001

⁸ *Op.cit.*

⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy; LOPES, Antônio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta (org.). **História e linguagens**: texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7Letras; Edições Casa de Rui Barbosa, 2006. 348 p. Disponível em: <https://books.google.com/books?id=6DnvcZ56kS0C> . Acesso em: 21 fev. 2026.

¹⁰ COUTINHO, Eduardo. **Literatura comparada na América Latina**: ensaios. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003. 130 p. Disponível em: <https://ppgletas.ufc.br/wp-content/uploads/2023/08/literatura-comparada-na-america-latina-parte-1-ok.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2026.

¹¹ FARIAS, Tom. **Carolina**: uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

¹² PELLEGRINI, Tânia. **Gavetas vazias**: ficção e política nos anos 70. São Carlos: EdufScar; Mercado de Letras, 1996.

Metodologicamente, a análise desenvolvida neste estudo será guiada por uma leitura interpretativa do diário, cruzando-o com o contexto histórico-político de sua produção. Essa leitura será acompanhada de revisão bibliográfica de autores que discutem literatura periférica, racialidade, desigualdade estrutural e processos de representação. O procedimento analítico, portanto, articula texto e contexto, considerando tanto a materialidade da escrita de Carolina Maria de Jesus marcada pela oralidade, fragmentação, cotidiano e denúncia quanto sua inserção em debates culturais, econômicos e políticos do Brasil nas décadas de 1950 e 1960.

Assim, ao integrar referencial teórico e percurso metodológico, busca-se demonstrar que *Quarto de Despejo* funciona como um elo entre narrativa literária e documento histórico, oferecendo não apenas uma expressão estética singular, mas também um testemunho imprescindível para a compreensão das condições sociais e simbólicas que moldaram a experiência da população negra e periférica no país.

LITERATURA NEGRA E PERIFÉRICA: SUBJETIVIDADE, HISTÓRIA E DISPUTA POR REPRESENTAÇÃO

A literatura negra e periférica, no Brasil, constitui um campo privilegiado para compreender como sujeitos historicamente marginalizados se inserem no debate cultural e intervêm nas formas de representação do social. Para além de um fenômeno estritamente literário, trata-se de um movimento que dialoga diretamente com processos históricos de desigualdade, racialização e exclusão, inscrevendo-se como instrumento de memória, resistência e produção de conhecimento. Ao perguntar “o que é literatura negra?”, percebemos que a definição envolve não apenas critérios estéticos, mas sobretudo relações de poder que atravessam a produção e a circulação das narrativas, essa literatura possui uma história que remonta à virada do século XIX para o XX, construída por homens e mulheres negras que deixaram de ser apenas personagens representados por autores brancos para assumirem o lugar de produtores de suas próprias narrativas. É justamente essa inversão que altera o campo historiográfico: a escrita passa a criar documentos do vivido a partir de sujeitos que foram silenciados nos arquivos oficiais.

Nesse sentido, a literatura negra se vincula às tradições de imprensa e às associações negras que, desde o início do século XX, organizaram debates sobre discriminação,

identidade e pertencimento. Como reforça Proença Filho,¹³ “será negra, em sentido restrito, uma literatura feita por negros ou descendentes assumidos de negros”, que expressa visões de mundo marcadas por experiências históricas específicas. Essa afirmação, para a história, é fundamental: evidencia que essas obras não apenas representam uma realidade, mas também constituem registros produzidos por sujeitos cuja presença nos arquivos foi sistematicamente negada. Assim, a literatura opera como fonte histórica ao revelar perspectivas que a documentação estatal não contempla.

O mesmo horizonte se observa em Lobo,¹⁴ quando define a literatura afro-brasileira como aquela “produzida por afrodescendentes que se assumem ideologicamente como tal, utilizando um sujeito de enunciação próprio”. A distinção entre a literatura escrita por negros e aquela que apenas tematiza o negro é central para a historiografia, pois marca a diferença entre o olhar imposto e o olhar que se narra. Isso redimensiona a compreensão histórica de raça e cultura, permitindo que essas obras sejam tratadas como documentos que preservam memórias, identidades e experiências coletivas.

A literatura periférica, por sua vez, emerge de contextos marcados pela ausência do Estado, pela precarização da vida urbana e pelas desigualdades estruturais do capitalismo brasileiro. Autoras como Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus se tornam emblemáticas por transformar o cotidiano da favela em matéria literária e histórica. Como destaca Souza,¹⁵ Essa literatura nasce das experiências de “populações excluídas socialmente”, traduzindo em narrativa as condições extremas de trabalho, moradia e sobrevivência. Ao fazê-lo, essas obras não apenas denunciam desigualdades, mas produzem um arquivo sensível da vida nas periferias, um registro histórico indispensável para compreender a formação social brasileira.

A dimensão histórica dessas literaturas também se expressa na forma como reivindicam o direito à palavra. Antonio Candido¹⁶ afirma que a literatura possui força humanizadora, porque organiza a experiência e oferece um modelo simbólico que transforma a percepção do mundo. Esse argumento ganha força quando aplicado à literatura marginal e

¹³ PROENÇA FILHO, Domício. **O negro e a literatura brasileira**. Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, v. 49, n. 1/4, p. 77-109, jan./dez. 1988. p.78.

¹⁴ LOBO, Luiza. *Crítica sem juízo*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.315.

¹⁵ SOUSA, Douglas Rodrigues de. A mulher negra no contexto da literatura afro-brasileira: a escrita de si e a reinvenção do sujeito negro feminino. *Grau Zero – Revista de Crítica Cultural*, Alagoinhas-BA, v. 3, n. 1, p. 75-98, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/grauzero/article/view/3279>. Acesso em: 21 fev. 2026. p.28.

¹⁶ CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

negra, pois nelas a palavra adquire função política: ao denunciar injustiças e visibilizar subjetividades silenciadas, a escrita torna-se prática de resistência e de construção de memória histórica. Não é casual que muitos desses autores tenham sido apagados pelo cânone, como Maria Firmina dos Reis e Lima Barreto, não por falta de mérito literário, mas por pertencerem a grupos racializados e socialmente marginalizados. O apagamento desses nomes, como destaca o texto-base, revela mecanismos históricos de exclusão que a literatura negra contemporânea busca enfrentar.

As periferias urbanas se tornam, assim, espaços de produção cultural intensa, onde surgem saraus, slams e coletivos literários que reconfiguram as formas de circulação da palavra. Vieira,¹⁷ afirma que “dos espaços invisibilizados da cidade nasce a cultura marginal”, e essa afirmação não é apenas sociológica: ela permite compreender como essas manifestações se tornam arquivos vivos de práticas culturais, modos de vida e estratégias de resistência. A literatura periférica, ao reivindicar o “lugar de narrador” Vieira,¹⁸ questiona a autoridade de discursos que historicamente falaram “pelo outro” e reafirma que sujeitos das margens podem produzir conhecimento legítimo sobre sua própria realidade.

Esse movimento literário ganha ainda mais sentido quando analisado à luz das reflexões de Florestan Fernandes. Ao examinar a formação da sociedade de classes no pós-abolição, Fernandes,¹⁹ afirma que “a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino”, responsabilizando-o pela própria sobrevivência em um sistema que o excluía estruturalmente. Essa análise histórica converge com a literatura produzida nas periferias: ambas revelam que o processo de modernização brasileiro ocorreu sem integrar plenamente a população negra, empurrada para favelas, subempregos e marginalidade. A literatura marginal torna-se, portanto, documento histórico que confirma empiricamente as desigualdades descritas pelo sociólogo.

A literatura negra também se afirma como um grito contra o silenciamento imposto pela hierarquia racial. Como escreve Maciel,²⁰ Trata-se de “uma luta contra a invisibilidade é

¹⁷ VIEIRA, Anna Paula Ferraz Dias. **O direito à cidade e a cultura marginal: a narratividade como luta por visibilidade**. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/10738> . Acesso em: 21 fev. 2026. p.14.

¹⁸ Vieira, *Op.cit.*, p.16.

¹⁹ FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Globo, 1978. 2 v. p. 35-36.

²⁰ MACIEL, Maria Cristina. *Literatura: a voz da escritora negra*. **Revista MS Letras**, Campo Grande, v. 21, n. 42, 2017. p. 234-235.

uma reivindicação da alteridade e da existência”, uma escrita que emerge “com sua força ancestral para contar sua história com o corpo e as entranhas”. Essa perspectiva faz da literatura negra não apenas expressão estética, mas forma de arquivamento comunitário, na qual a memória coletiva encontra meios de resistir ao esquecimento histórico.

Assim, compreender a literatura negra e periférica implica reconhecer que ela opera simultaneamente como arte e como documento histórico. Suas narrativas registram experiências de exclusão, violência, solidariedade e resistência que não aparecem nas fontes oficiais. São textos que denunciam desigualdades estruturais, afirmam identidades e oferecem chaves interpretativas para compreender o Brasil contemporâneo. Ao mesmo tempo, essas obras tensionam o cânone, desestabilizam representações estereotipadas e reivindicam novas formas de leitura da sociedade brasileira, colocando sujeitos negros e periféricos no centro da produção de conhecimento e da história que contam sobre si.

LITERATURA, HISTORIOGRAFIA E O DIÁRIO COMO DOCUMENTO HISTÓRICO

A aproximação entre literatura e historiografia, sobretudo no âmbito da História do Tempo Presente, revela a potência dos textos narrativos como instrumentos de compreensão das experiências sociais. Conforme destaca Michel de Certeau,²¹ “a escrita da história é sempre atravessada por operações discursivas que articulam memória, poder e representação”. A partir dessa perspectiva, o Diário de Carolina Maria de Jesus ultrapassa a esfera puramente literária e se constitui como um documento histórico privilegiado, capaz de revelar práticas sociais, regimes de sensibilidade e formas de sobrevivência silenciadas pelos discursos oficiais.

A História do Tempo Presente tal como formulada por Henry Rousso, Jean-Pierre Rioux e François Bédarida, enfatiza o estudo de fenômenos cuja temporalidade ainda interpela o presente e cujo acesso documental se beneficia de registros autobiográficos, testemunhais e memorialísticos. Bédarida,²² observa que, “nesse campo, os documentos privados e as narrativas de si ganham centralidade, na medida em que registram experiências que os arquivos institucionais tendem a invisibilizar”. Assim, o testemunho se converte em

²¹ CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p.18.

²² BÉDARIDA, François. **Les travaux de l'Institut d'histoire du temps présent**. Bulletin de l'Institut d'Histoire du Temps Présent, Paris, n. 1, p. 10-15, jun. 1980. Disponível em: https://www.persee.fr/issue/ihtp_0247-0101_1980_num_1_1. Acesso em: 20 fev. 2026. p.35.

fonte histórica legítima, sobretudo quando produzido por sujeitos marginalizados e excluídos dos processos tradicionais de escrita da história.

É nesse sentido que o diário de Carolina Maria de Jesus se inscreve como uma peça documental fundamental. Sua escrita cotidiana revela a vida na favela entre as décadas de 1950 e 1960, período marcado por profundas desigualdades sociais, políticas de higienização urbana e tensões decorrentes da modernização excludente. A autora registra, com linguagem ao mesmo tempo poética e crua, não apenas sua rotina de catadora de papel, mas também a violência estrutural, o racismo, a fome, a precarização do trabalho e a luta pela sobrevivência. Assim, seu texto funciona como aquilo que Nora²³ conceitua como lugar de memória: um espaço simbólico no qual experiências coletivas se condensam e se tornam passíveis de interpretação histórica.

A literatura de Carolina articula-se, portanto, a um campo de representações que, como explica Chartier,²⁴ não reproduz simplesmente a realidade, mas a constrói a partir de práticas discursivas situadas. A favela descrita em seus escritos não é apenas cenário, mas uma forma de mundo, uma construção subjetiva que revela a percepção de uma mulher negra, favelada, escritora e mãe solo. Assim como aponta Pesavento,²⁵ a literatura funciona como um “jogo de representações”, no qual o real não é negado, mas filtrado por sensibilidades, memórias e interpretações que também constituem conhecimento histórico.

Além disso, ao registrar sua própria experiência, Carolina opera aquilo que Certeau denomina “escrita de si”. Tal gesto rompe com a lógica tradicional da historiografia, marcada pela valorização de documentos oficiais e perspectivas hegemônicas. Seu diário emerge como um contra-arquivo, uma escritura que se opõe às ausências institucionais e restitui a voz dos sujeitos subalternizados. Nesse sentido, sua obra confirma a observação de René Rémond²⁶ de que a história contemporânea não pode prescindir dos testemunhos individuais, sobretudo quando estes revelam dimensões sociais ignoradas pelas fontes convencionais.

²³ NORA, Pierre. **L'événement monstre**, *Communication*, 1972; repris sous le titre: “Le retour de l'événement”, *Faire de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1972. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1972_num_18_1_1272?utm. Acesso em: 22 fev. 2026.

²⁴ *Op.cit.*

²⁵ *Op.cit.*

²⁶ RÉMOND, René. **Plaidoyer pour une histoire délaissée. La fin de la IIIe République**. *Revue française de science politique*, Paris, v. 7, n. 2, p. 253-270, 1957. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1957_num_7_2_392415. Acesso em: 22 fev. 2026.

A literatura periférica e negra, da qual Carolina é precursora, encontra na escrita diarística um meio privilegiado de denúncia e resistência. Ao transformar a fome, o silêncio e a exclusão em narrativa, a autora insere-se no processo histórico como agente de memória. Como observa Coutinho,²⁷ a partir da década de 1960 consolidou-se, na América Latina, um discurso identitário e multicultural que resgata histórias antes apagadas e desafia modelos eurocêntricos de produção cultural. Carolina antecipa esse movimento ao evidenciar, com contundência, a desigualdade racial e social brasileira.

A leitura historiográfica de seu diário permite perceber como as fronteiras entre história e literatura não são rígidas, mas complementares. Para Pesavento,²⁸ a literatura pode ser entendida como uma modalidade de conhecimento, uma forma sensível de apreensão do real. Assim, quando Carolina narra a fome, quando registra a violência policial ou quando descreve a precariedade das habitações improvisadas, ela produz não apenas literatura, mas também um arquivo social, um documento que possibilita ao historiador reconstituir os modos de vida das classes populares.

Dessa forma, o diário não deve ser lido como mero relato subjetivo, mas como documento histórico que revela estruturas, mentalidades e práticas sociais. Sua subjetividade longe de ser um problema constitui exatamente o que Bédarida e Rousso veem como ponto central da História do Tempo Presente: a possibilidade de acessar as experiências vividas, aquilo que escapa às estatísticas, aos decretos e às narrativas oficiais.

Em síntese, o Diário de Carolina Maria de Jesus materializa a confluência entre literatura e historiografia. É, simultaneamente, testemunho, lugar de memória, representação e documento. Seu valor histórico reside não apenas nas informações que oferece, mas na perspectiva que torna visível a de uma mulher negra cuja escrita ressignifica o próprio conceito de documento histórico ao ampliar as fronteiras do que pode ser considerado fonte para a compreensão do passado recente do Brasil.

A Materialidade do Testemunho: tempo, linguagem e experiência em *Quarto de Despejo*

A compreensão de *Quarto de Despejo* como fonte histórica exige que a análise ultrapasse a dimensão temática da obra e considere também os elementos formais que estruturam a narrativa de Carolina Maria de Jesus. Nesse sentido, o diário não constitui

²⁷ *Op.cit.*

²⁸ *Op.cit.*

apenas um registro das condições de vida na favela do Canindé, mas um testemunho construído por meio de escolhas narrativas que articulam temporalidade, linguagem e experiência. A materialidade da escrita revela como a autora transforma acontecimentos cotidianos em memória social, convertendo vivências individuais em documento histórico capaz de registrar aspectos frequentemente ausentes das narrativas oficiais.

Um dos elementos mais significativos da obra é a organização temporal característica do gênero diarístico. As anotações são estruturadas por datas que acompanham o desenrolar da vida cotidiana, aproximando o momento da experiência do momento da escrita. Diferentemente das memórias produzidas retrospectivamente, em que os acontecimentos são reorganizados a partir da distância temporal, o diário preserva a imediatez dos fatos e das emoções. Essa característica produz um efeito de autenticidade que reforça o valor testemunhal da narrativa. Ao registrar os acontecimentos do dia, Carolina documenta não apenas os fatos em si, mas também as percepções, sentimentos e reações que os acompanham, oferecendo ao leitor acesso a uma experiência vivida em seu processo de constituição.

Essa proximidade entre experiência e escrita pode ser observada em diversas passagens da obra, nas quais Carolina Maria de Jesus registra acontecimentos cotidianos no exato momento em que são vivenciados. Em uma passagem datada de 26 de maio, a autora escreve: “26 de maio amanheceu chovendo. E eu tenho só 4 cruzeiros, e um pouco de comida que sobrou de ontem e uns ossos. Fui buscar água para por os ossos ferver. Ainda tem um pouco de macarrão, eu faço sopa para os meninos. Vi uma vizinha lavando feijão. Fiquei com inveja”.²⁹

O trecho evidencia a simultaneidade entre a experiência vivida e sua inscrição na escrita. A narrativa acompanha o desenrolar dos acontecimentos em tempo presente, sem a mediação de uma reconstrução retrospectiva. A referência à chuva, à escassez de recursos financeiros e à preparação improvisada da refeição para os filhos revela não apenas as condições materiais de existência da autora, mas também a urgência que caracteriza o registro diarístico. Além disso, a observação da vizinha lavando feijão e a confissão do sentimento de inveja introduzem uma dimensão subjetiva que dificilmente apareceria em documentos oficiais, permitindo ao leitor acessar aspectos emocionais da experiência da pobreza. Dessa forma, o diário transforma situações ordinárias em testemunho histórico, registrando

²⁹ JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2001. p.39.

simultaneamente os acontecimentos, as percepções e os sentimentos da autora diante das adversidades do cotidiano.

Outro aspecto fundamental da materialidade do testemunho em *Quarto de Despejo* é a linguagem utilizada para representar a fome. Ao longo da narrativa, a fome não aparece apenas como um problema econômico ou social abstrato, mas como uma experiência corporal que atravessa o cotidiano da autora e de sua família. A escrita registra sensações físicas, limitações materiais e estratégias de sobrevivência, produzindo uma representação concreta das condições de vida na favela. Em vez de recorrer a descrições generalizantes, Carolina apresenta a fome por meio de situações específicas e observações diretas que revelam seus efeitos sobre o corpo e sobre a subjetividade.

Esse aspecto pode ser observado em passagens nas quais a autora explicita o sofrimento provocado pela falta de alimentos e as dificuldades cotidianas para alimentar os filhos. Em uma das entradas do diário, Carolina Maria de Jesus afirma: “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!”.³⁰

A formulação empregada pela autora é significativa tanto do ponto de vista histórico quanto literário. Ao associar a fome à ideia de “escravatura atual”, Carolina estabelece uma equivalência simbólica entre diferentes formas de opressão, inscrevendo a pobreza extrema no campo da violência estrutural. A escolha de uma linguagem direta, marcada pela oralidade e pela intensidade expressiva, contribui para a força do testemunho, aproximando o leitor da experiência narrada.

Nesse sentido, a fome não se apresenta como uma categoria abstrata ou como objeto de análise distanciada, mas como uma vivência concreta que atravessa o corpo e organiza a vida cotidiana. A escrita transforma a experiência individual em registro histórico, permitindo que a subjetividade da autora se constitua como fonte de conhecimento sobre a realidade social. Dessa forma, a narrativa de *Quarto de Despejo* produz uma historicização da experiência cotidiana, revelando dimensões da pobreza urbana que dificilmente seriam apreendidas por documentos oficiais ou abordagens estatísticas.

A construção da subjetividade constitui outro elemento central para compreender a força testemunhal da obra. Embora o diário apresente acontecimentos da vida cotidiana, Carolina não se limita a registrar fatos. Ao longo da narrativa, ela interpreta os eventos,

³⁰ JESUS, 2001. *Op.cit.*, p. 27.

formula julgamentos e produz reflexões sobre a sociedade brasileira. A autora assume simultaneamente as posições de observadora, participante e narradora dos acontecimentos, construindo uma perspectiva crítica sobre as desigualdades sociais que estruturam a vida na favela.

Essa dimensão reflexiva pode ser identificada em passagens nas quais Carolina Maria de Jesus comenta a atuação de autoridades públicas, critica a indiferença das classes privilegiadas e questiona as condições de vida impostas aos moradores da favela. Em uma dessas reflexões, a autora afirma: “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças”.³¹ Nesse trecho, a fome não é apenas descrita como experiência de privação, mas reinterpretada como elemento formador de consciência social. Ao atribuir à fome o lugar de “professora”, Carolina produz uma inversão significativa das hierarquias sociais, transformando uma experiência de sofrimento em princípio de aprendizagem ética e política. A linguagem empregada evidencia um deslocamento do registro meramente descritivo para uma dimensão interpretativa da realidade, na qual a autora elabora julgamentos e formula críticas sobre a organização social brasileira.

Tais registros demonstram que Carolina não ocupa uma posição passiva diante da realidade descrita. Ao contrário, sua escrita evidencia a constituição de um sujeito narrador consciente das estruturas de exclusão que atravessam sua existência, capaz de interpretar criticamente o contexto histórico em que vive e de produzir, a partir dele, uma leitura própria das desigualdades sociais.

Nesse sentido, a narrativa de *Quarto de Despejo* aproxima-se daquilo que Michel de Certeau³² compreende como práticas de produção de sentido no cotidiano. A escrita torna-se uma forma de intervenção simbólica sobre a realidade, permitindo que uma mulher negra, pobre e moradora da favela inscreva sua experiência no espaço público por meio da palavra escrita. Ao registrar aquilo que normalmente permaneceria invisível nos documentos produzidos pelas instituições oficiais, Carolina transforma a escrita em instrumento de memória e resistência.

Sob essa perspectiva, a força histórica de *Quarto de Despejo* não reside apenas nas informações que o texto oferece sobre a favela do Canindé, mas também na forma como

³¹ JESUS, 2001. *Op.cit.*, p. 26.

³² *Op.cit.*

essas informações são construídas discursivamente. A organização temporal do diário, a linguagem utilizada para representar a fome e a constituição de uma voz narrativa crítica transformam a obra em um testemunho singular das desigualdades sociais brasileiras. Ao analisar a materialidade da escrita, torna-se possível compreender que Carolina Maria de Jesus não apenas relata a história da pobreza urbana, mas produz uma interpretação dessa realidade a partir da experiência vivida, convertendo a memória individual em documento histórico e instrumento de denúncia social.

Carolina Maria de Jesus e sua relação entre vizinhos e Estado: conflitos, hierarquias e leitura crítica do social

Em *Quarto de Despejo*, a experiência narrada por Carolina Maria de Jesus não se limita à fome e à sobrevivência cotidiana, mas se constrói também a partir das relações sociais no interior da favela e das percepções sobre o Estado. Esse aspecto aparece nas interações entre vizinhos, marcadas por conflitos e violência simbólica, como no trecho em que a autora registra: “Está escrevendo, negra fidida! A mãe ouvia e não repreendia. São as mães que instigam”.³³ O episódio evidencia a naturalização de ofensas e tensões no cotidiano da favela, revelando formas de violência que estruturam as relações comunitárias. Ao registrar essa cena, Carolina não apenas descreve um conflito pontual, mas evidencia como tais práticas integram a experiência social da pobreza. Assim, sua narrativa articula vivências individuais e coletivas, permitindo compreender a favela como espaço atravessado por relações de poder e desigualdade.

No espaço da favela do Canindé, as relações entre os moradores são marcadas por ambivalências, alternando momentos de solidariedade e conflito. Carolina registra tanto situações de ajuda mútua quanto episódios de disputa e desconfiança, revelando que o cotidiano da pobreza não se estrutura apenas pela coesão comunitária, mas também por tensões internas produzidas pela escassez de recursos. Em uma dessas situações de conflito, a autora registra a agressão verbal dirigida a ela: “Você chamou a radio patrulha para mim. Negra fidida!”.³⁴ O trecho evidencia a intensidade das tensões interpessoais no cotidiano da favela, em que acusações e ofensas fazem parte das relações sociais. Em uma dessas situações, Carolina registra a ameaça: “O Lalau disse que eu ponho várias pessoas no jornal, mas ele eu não ponho. Se você me por no jornal eu te quebro toda, vagabunda! Esta negra

³³ JESUS, 2001. *Op.cit.*, p. 24.

³⁴ JESUS, 2001. *Op.cit.*, p. 88.

precisa sair daqui da favela”.³⁵ O excerto evidencia o caráter conflitivo dessas relações e mostra que a presença da autora como escritora também gera hostilidade. Assim, Carolina constrói uma leitura crítica do espaço em que vive, interpretando os efeitos da miséria sobre os vínculos sociais.

Esse olhar também se estende à relação com o Estado e às figuras de autoridade presentes na narrativa. Carolina Maria de Jesus formula críticas diretas à atuação do poder público e à distância entre as elites políticas e a realidade vivida nas favelas. Em uma passagem significativa, ela registra:

Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transformam preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata?..³⁶

O trecho evidencia uma leitura crítica das relações de poder, marcada pela denúncia da violência policial e pela permanência de estruturas raciais de dominação. A autora interpreta o episódio não como fato isolado, mas como expressão de continuidades históricas da desigualdade no Brasil. Dessa forma, sua narrativa revela uma compreensão estrutural da política e da sociedade, na qual o Estado aparece associado à reprodução de hierarquias sociais que excluem os sujeitos pobres dos espaços de decisão.

Em outro momento, sua crítica se intensifica ao tratar nominalmente de figuras políticas, como em: “Juscelino esfola! Adhemar rouba! Jânio mata! A camara apóia E o povo paga”..³⁷ A construção discursiva, marcada pela enumeração e pela linguagem contundente, revela não apenas indignação, mas também uma forma de interpretação política que rompe com discursos institucionais oficiais. Trata-se de uma leitura popular da política, na qual a autora traduz a experiência da exclusão em julgamento direto sobre as práticas de governo, evidenciando a percepção de um Estado que atua de maneira distante e, muitas vezes, violenta em relação às populações periféricas.

Nesse sentido, a escrita de Carolina pode ser compreendida como uma forma de leitura crítica da realidade social, na qual a experiência vivida se transforma em análise. Sua

³⁵ JESUS, 2001. *Op.cit.*, p.153.

³⁶ JESUS, 2001. *Op.cit.*, p.96.

³⁷ JESUS, 2001. *Op.cit.*, p.116.

posição de observadora e participante simultaneamente lhe permite elaborar uma narrativa que articula vivência e interpretação, individualidade e estrutura social. Assim, *Quarto de Despejo* não apenas documenta a vida na favela, mas também evidencia como sujeitos historicamente marginalizados produzem leituras próprias sobre o Estado, a política e as relações comunitárias, desestabilizando versões oficiais da realidade brasileira.

HISTORIOGRAFIA E IDENTIDADE NACIONAL NA DÉCADA DE 1960: CAROLINA MARIA DE JESUS EM CONTEXTO

A década de 1960 constituiu um período de intensa efervescência na história política brasileira. De um lado, assistiu-se ao rompimento do Estado democrático de direito e à instauração do regime militar em 1964; de outro, emergiram e se fortaleceram diversos movimentos sociais, especialmente aqueles vinculados às minorias étnico-raciais, sexuais e estudantis. No campo literário e intelectual, esse cenário favoreceu o surgimento de um imaginário crítico que, embora já pulsante nos círculos artísticos, adquiriu maior densidade e consistência a partir da década de 1970.

Coutinho³⁸ interpreta esse contexto como resultado da consolidação de um discurso identitário-cultural ancorado na mestiçagem e no multiculturalismo. Tal movimento ganhou força sobretudo na segunda metade do século XX, impulsionado pelas contribuições teóricas do desconstrucionismo, dos Estudos Culturais e da Teoria Pós-colonial. Essas correntes buscaram enfrentar os problemas sociais e históricos do continente latino-americano sob uma perspectiva própria, ao mesmo tempo em que procuravam estabelecer um diálogo intelectual mais equilibrado com os países centrais Coutinho.³⁹

No caso brasileiro, Pellegrini⁴⁰ observa que os efeitos desse período se expressaram de forma ambígua: por um lado, um “vazio cultural” instalou-se em decorrência da censura e da repressão institucional; por outro, desenvolveu-se um vigoroso movimento de resistência artística e cultural, especialmente após o Ato Institucional nº 5, em 1968, que perdurou até os processos de anistia e abertura política em 1979. Esse intervalo histórico, marcado pela militarização do Estado, repercutiu profundamente na vida econômica, social, política e cultural do país. Assim, ao analisarmos a produção literária brasileira desse período, torna-se

³⁸ *Op.cit.*

³⁹ COUTINHO, 2003. *Op.cit.*, p.41.

⁴⁰ *Op.cit.*

inevitável compreender como tais transformações sociopolíticas e econômicas moldaram tanto os modos de criação quanto os temas e preocupações centrais dos escritores e artistas.

[...] toda a problemática da cultura e da literatura brasileiras está ligada ao modo específico do desenvolvimento do capitalismo entre nós. [...]. Então, a trajetória da literatura brasileira tem sido marcada pela busca de identidade, como forma de superar as origens europeias. Essa busca percorreu caminhos diversos, mas perseguiu sempre um objetivo bem definido: a familiaridade do conhecido, das raízes que asseguravam a permanência e a continuidade. A diversidade dos componentes étnicos na formação de uma cultura que se quer brasileira gerou, desde sempre, essa procura angustiada, em virtude de uma espécie de complexo de inferioridade frente à metrópole, antes, e aos países desenvolvidos, depois.⁴¹

Dessa forma, ao articularmos a análise histórica proposta por Pellegrini⁴² com o panorama cultural do período, torna-se evidente que a literatura brasileira não apenas refletiu as tensões políticas e sociais instauradas pela ditadura militar, mas também reelaborou, em suas formas e conteúdos, a longa tradição de busca identitária que marca nossa formação cultural. Se, por um lado, a repressão estatal impôs limites severos à liberdade de expressão, por outro, ela estimulou a emergência de vozes dissidentes que, ao tensionar o discurso oficial, reafirmaram a necessidade de reconhecer e elaborar a pluralidade étnica, estética e social que constitui o país. Assim, a literatura desse período pode ser compreendida como espaço de resistência simbólica e, simultaneamente, como continuidade de um projeto histórico mais amplo: o de construir, por meio da arte, uma identidade nacional que enfrenta tanto os traços coloniais persistentes quanto os desafios impostos pelo desenvolvimento desigual do capitalismo no Brasil.

Conforme observa Farias,⁴³ O período histórico marcado pela busca de afirmação da identidade nacional encontrou expressão singular na figura de Carolina Maria de Jesus (1914-1977). Mulher negra, mãe solteira, pobre e moradora de uma favela, Carolina irrompeu no cenário literário com a publicação de *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*.⁴⁴ Naquele momento, sua obra não apenas alcançou expressiva repercussão editorial, como também motivou debates crítico-literários que extrapolaram a dimensão de uma narrativa de sofrimento, alcançando relevância internacional por meio de traduções e estudos acadêmicos.

⁴¹ PELLEGRINI, Tânia. **Gavetas vazias:** ficção e política nos anos 70. São Carlos: EdufScar; Mercado de Letras, 1996. p.20.

⁴² *Op.cit.*

⁴³ *Op.cit.*

⁴⁴ *Op.cit.*

Inserido nesse complexo cenário histórico-social, *Quarto de Despejo* consolidou-se como marco na literatura brasileira contemporânea devido à sua linguagem direta, econômica e visceral, destoando da estética dominante da época. Carolina inaugurou um modo de narrar que articula temáticas pouco exploradas no cânone literário – como as tensões étnico-raciais, a desigualdade social e as relações de gênero – por meio de uma perspectiva feminina e negra. Ao registrar a vida cotidiana dos moradores da antiga favela do Canindé, sua escrita ultrapassou os limites da experiência individual e assumiu o caráter de denúncia social, evidenciando estruturas históricas de exclusão e mecanismos de perpetuação da miséria que atingiam de maneira mais intensa a população negra nos centros urbanos.

A força documental do diário se torna ainda mais evidente quando Carolina demonstra atenção aos desdobramentos econômicos de seu tempo. Em 20 de maio de 1958, ano marcado pelo aumento das tensões em torno da política econômica, a autora registra:

[...] Quando cheguei do palácio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca. Eu fiz um pouco de macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me: – Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo. Foi a primeira vez que vi minha palavra falhar. Eu disse: – É que eu tinha fé no Kubstchek. – A senhora tinha fé e agora não tem mais? – Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso país tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo o que está fraco, morre um dia.⁴⁵

A inserção de Carolina Maria de Jesus no panorama sociopolítico da década de 1960 revela não apenas a força de sua escrita, mas também a capacidade de sua obra de dialogar com os processos históricos de seu tempo. Como observa Farias⁴⁶, a autora foi reconhecida por importantes nomes da literatura brasileira, entre eles Jorge Amado, Clarice Lispector, Benedito Rui Barbosa e Clóvis Moura, o que evidencia sua projeção intelectual mesmo diante de um cenário literário marcado por desigualdades profundas. Assim, Carolina de Jesus permanece como figura central nos estudos literários contemporâneos, constituindo-se referência para grupos étnico-raciais e afirmando sua obra como marco inaugural da literatura afro-brasileira moderna, ao lado de *Úrsula*,⁴⁷ de Maria Firmina dos Reis.

Contrapondo-se ao percurso tradicional dos escritores canônicos, Carolina simboliza as contradições do projeto de modernidade nacional. Sua escrita coloca em tensão a própria

⁴⁵JESUS, 2001. *Op.cit.*, p.39.

⁴⁶ *Op.cit.*

⁴⁷ REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018.

noção de discurso literário ao inserir no campo da literatura uma experiência cotidiana de pobreza extrema, frequentemente deslegitimada pelos filtros elitistas do sistema literário. *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*⁴⁸ apresenta uma representação contundente da população pobre em meio aos projetos de modernização em curso na segunda metade da década de 1950, revelando o abismo entre as promessas desenvolvimentistas e a vida concreta dos excluídos.

A metáfora do “quarto de despejo” utilizada por Carolina para se referir à favela torna-se, assim, chave interpretativa para compreender a lógica de segregação que orientava a urbanização brasileira. A elaboração de seu diário entre 1955 e 1960 período correspondente ao governo de Juscelino Kubitschek, marcado pelo ideal desenvolvimentista dos “50 anos em 5” evidencia o contraste entre o discurso oficial do progresso e a precariedade cotidiana da população favelada. Sua denúncia adquire força quando a autora afirma: “Juscelino esfola! Adhemar rouba! Jânio mata! A câmara apoia! E o povo paga!”.⁴⁹

Ao longo de suas anotações, Carolina critica sistematicamente a postura dos políticos, que só se aproximavam das periferias durante o período eleitoral, ignorando as necessidades mais urgentes dos moradores após as eleições, segundo a autora:

Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria se revoltar, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores.⁵⁰

Na década seguinte, a orientação econômica desenvolvimentista continuou presente, embora agora subordinada ao regime militar (1964-1985), período marcado pela censura e repressão social. A obra de Carolina expunha justamente aquilo que as autoridades buscavam ocultar: a pobreza extrema na favela do Canindé, às margens do rio Tietê, em São Paulo. Não surpreende, portanto, que sua escrita tenha enfrentado rejeição editorial e tentativas de silenciamento em pleno regime ditatorial, que visava sustentar uma imagem ilusória de prosperidade nacional.

Do início ao fim do diário, Carolina documenta processos fundamentais da história urbana brasileira, registrando a expansão desordenada das cidades, a emergência das primeiras políticas de remoção e a chamada “desodorização” do espaço urbano, fenômeno

⁴⁸ *Op.cit.*

⁴⁹ JESUS, 2001. *Op.cit.*, p.148.

⁵⁰ JESUS, 2001. *Op.cit.*, p.43.

que, posteriormente, seria identificado como gentrificação. Nesse contexto, a autora expressa simultaneamente o desejo pela cidade e a crítica ao abandono estatal da população favelada. Seu tom político é evidente quando escreve:

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim [...] pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. É o dia da abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. [...] E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual a fome!⁵¹

Assim, o Estado ausente e seletivo nada fazia para modificar a realidade dos habitantes das favelas, conforme reconhece a própria autora. Suas anotações revelam detalhadamente a rotina de privações: a fome permanente, os conflitos entre vizinhos, a ausência de direitos, o trabalho exaustivo de coleta de papel e ferro, as longas caminhadas para buscar água e o gesto extremo de procurar comida no lixo nos dias mais difíceis. As disputas, a violência e a miséria compunham o cotidiano descrito, mas era a fome recorrente, implacável e devastadora que se impunha como a experiência central de sofrimento para ela e seus três filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória analítica desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*⁵² constitui uma das mais relevantes manifestações da literatura brasileira contemporânea, precisamente porque rompe com as fronteiras tradicionalmente impostas entre os campos da escrita literária e da escrita histórica. A obra de Carolina Maria de Jesus, situada no cruzamento entre memória individual, testemunho social e denúncia política, reafirma que a literatura produzida nas margens pode, e deve, ser lida como documento histórico capaz de iluminar zonas de experiência historicamente silenciadas.

Ao registrar, em linguagem direta, fragmentada e visceral, seu cotidiano marcado pela fome, pela precariedade habitacional, pelo abandono estatal e pela violência estrutural, Carolina transforma sua vivência em fonte de compreensão das desigualdades estruturais que perpassam a formação social brasileira. Seu diário, longe de representar apenas um desabafo pessoal, assume o caráter de documento contra-hegemônico que confronta as narrativas

⁵¹ JESUS, 2001. *Op.cit.*, p. 33.

⁵² *Op.cit.*

oficiais de progresso, modernização e prosperidade amplamente difundidas no Brasil dos anos 1950 e 1960. Nesse sentido, a obra tensiona não apenas o imaginário nacional, mas também as formas tradicionais de produção do conhecimento histórico, frequentemente centradas em perspectivas institucionalizadas e distantes dos sujeitos populares.

A aproximação entre literatura e historiografia demonstrou que *Quarto de Despejo* oferece registros valiosos sobre processos históricos centrais: a urbanização acelerada, as políticas de remoção, o discurso desenvolvimentista, o aprofundamento das desigualdades raciais e a própria lógica do capitalismo periférico brasileiro. A análise das anotações de Carolina revela que seu diário não apenas dialoga com esse contexto, mas o interpreta criticamente, oferecendo um ponto de vista interno e experiencial que falta às narrativas históricas oficiais. Assim, sua escrita cumpre função dupla: é testemunho de um tempo e, simultaneamente, crítica desse mesmo tempo.

Além disso, este estudo mostrou que o diário de Carolina tem um papel fundamental na consolidação da literatura Afro-brasileira moderna, constituindo-se como marco inaugural para a entrada de mulheres negras no cenário literário nacional não mais como objetos de representação, mas como autoras que reivindicam plenamente a legitimidade de suas narrativas. A recepção crítica inicial, marcada tanto por entusiasmo quanto por resistência, inscreve-se nas tensões que atravessam a cultura brasileira: tensões relativas à classe, à raça, ao gênero e à legitimidade intelectual. Ao desafiar o cânone literário e romper com os paradigmas elitistas de produção cultural, Carolina afirma a centralidade da experiência negra e periférica na constituição do imaginário nacional.

Dessa forma, este estudo aponta que o diário de Carolina Maria de Jesus deve ser compreendido não apenas como expressão estética, mas como instrumento de intervenção política, histórica e epistemológica. Sua obra inaugura um novo modo de pensar a relação entre literatura e sociedade, pois evidencia que sujeitos subalternizados também produzem conhecimento e elaboram interpretações sofisticadas sobre o mundo que os cerca. O diário revela, ainda, que a fome, a pobreza e a exclusão não são apenas circunstâncias, mas estruturas historicamente produzidas, cujos efeitos se perpetuam na contemporaneidade.

Por fim, reconhece-se que *Quarto de Despejo* permanece como campo aberto para novas leituras. Estudos futuros podem aprofundar o diálogo entre o diário e outras narrativas de resistência urbana; investigar sua recepção no exterior; relacionar sua escrita às

epistemologias feministas negras; aproximar sua obra dos atuais debates sobre memória, território e políticas de pobreza; ou ainda analisar sua influência sobre a literatura periférica e sobre movimentos político-culturais das décadas posteriores. Assim, Carolina não se encerra em sua obra, ela inaugura caminhos. Sua escrita continua convocando historiadores, críticos literários, sociólogos e educadores a revisitar a história do Brasil a partir das margens, reconhecendo que, muitas vezes, é nos diários das favelas que encontramos a verdade histórica que os arquivos oficiais insistem em ocultar.

REFERÊNCIAS

BÉDARIDA, François. **Les travaux de l'Institut d'histoire du temps présent**. Bulletin de l'Institut d'Histoire du Temps Présent, Paris, n. 1, p. 10-15, jun. 1980. Disponível em: https://www.persee.fr/issue/ihtp_0247-0101_1980_num_1_1. Acesso em: 20 fev. 2026.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: Vários escritos. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CERTEAU, Michel de. **La possession de Loudun**. Paris: Julliard, 1970. Disponível em: https://openlibrary.org/books/OL13951804M/La_possession_de_Loudun. Acesso em: 20 fev. 2026.

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

COUTINHO, Eduardo. **Literatura comparada na América Latina: ensaios**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003. 130 p. Disponível em: <https://ppglettras.ufc.br/wp-content/uploads/2023/08/literatura-comparada-na-america-latina-parte-1-ok.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2026.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Globo, 1978. 2 v.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2001.

LOBO, Luiza. **Crítica sem juízo**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

MACIEL, Maria Cristina. *Literatura: a voz da escritora negra*. **Revista MS Letras**, Campo Grande, v. 21, n. 42, 2017.

NORA, Pierre. **L'événement monstre, Communication**, 1972; repris sous le titre: "Le retour de l'événement", Faire de l'histoire. Paris: Gallimard, 1972. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1972_num_18_1_1272?utm . Acesso em: 22 fev. 2026.

PELLEGRINI, Tânia. **Gavetas vazias: ficção e política nos anos 70**. São Carlos: EdufScar; Mercado de Letras, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; LOPES, Antônio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta (org.). **História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7Letras; Edições Casa de Rui Barbosa, 2006. 348 p. Disponível em: <https://books.google.com/books?id=6DnvcZ56kS0C> . Acesso em: 21 fev. 2026.

PROENÇA FILHO, Domício. **O negro e a literatura brasileira**. Boletim Bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, v. 49, n. 1/4, p. 77-109, jan./dez. 1988.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018.

RÉMOND, René. **Plaidoyer pour une histoire délaissée. La fin de la IIIe République. Revue française de science politique**, Paris, v. 7, n. 2, p. 253-270, 1957. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1957_num_7_2_392415. Acesso em: 22 fev. 2026.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Tradução de Fabrício Coelho e Fernando Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SOUSA, Douglas Rodrigues de. A mulher negra no contexto da literatura afro-brasileira: a escrita de si e a reinvenção do sujeito negro feminino. **Grau Zero – Revista de Crítica Cultural**, Alagoinhas-BA, v. 3, n. 1, p. 75-98, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/grauzero/article/view/3279>. Acesso em: 21 fev. 2026.

VIEIRA, Anna Paula Ferraz Dias. **O direito à cidade e a cultura marginal: a narratividade como luta por visibilidade**. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/10738> . Acesso em: 21 fev. 2026.